

Missão do FMI inicia contatos

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A missão oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada pelo responsável pela Divisão do Atlântico Sul, Thomas Reichmann, já teve ontem uma primeira noção do esboço do pacote fiscal que o governo brasileiro pretende introduzir ainda neste ano com vistas a equilibrar as contas do setor público.

As possibilidades com as quais o governo conta para reduzir o déficit público — eliminação de subsídios e de incentivos fiscais, por um lado, e aumento de impostos diretos e indiretos, por outro — foram, de modo geral, expostas pelo chefe do departamento econômico do Banco Central (BC), Silvio Rodrigues Alves, aos economistas do FMI.

Uma conceituada fonte do Ministério da Fazenda, conforme apurou a repórter Jurema Baesse, deste jornal, indicou que considera viável a fixação para o ano que vem de uma meta entre 2,5 e 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para o déficit público medido pelo conceito operacional — descontadas as correções monetária e cambial —, dentro de um acordo com o FMI. A fonte ressaltou, no entanto, que isso dependerá da abrangência do pacote fiscal, em estudo para vigorar a partir de 1988. De qualquer modo, está totalmente descartada a meta anteriormente traçada e

que previa um déficit operacional de 2% do PIB para o ano que vem.

"Foi uma conversa muito boa e uma reunião de cortesia", limitou-se a dizer o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, à saída da audiência que teve com o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, no Ministério da Fazenda, pela manhã. Logo depois, Kafka, o chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann, e o economista Gumerindo Oliveros, também do Fundo, almoçaram com o ministro Bresser Pereira em sua residência. O secretário geral, Mailson Ferreira Nobrega, participou do almoço.

Além do Depec, no BC, os técnicos do FMI estiveram à tarde com o secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, e com o secretário geral, Mailson Nobrega, desta vez em seu gabinete.

A missão tem a tarefa de atualizar os dados sobre a economia brasileira, além de preparar-se para um futuro acordo com o Brasil. No BC foi feita uma avaliação sobre o panorama do plano macroeconômico, incluindo a revisão metodológica acertada na semana passada com os economistas do subcomitê assessor da dívida externa e, na qual, a variação do PIB passa a ser tratada não como uma variável dada, mas sujeita a influências dos níveis de poupança externa e interna.